

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR RONELIO DA COSTA MENDONÇA, PREGOEIRO OFICIAL DA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024**  
**(Processo Administrativo nº 19958.200012/2023-56)**

**ECOVOLT ENGENHARIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME**, empresa licitante já qualificada no processo relativo ao Pregão Eletrônico nº 90001/2024, destinado à contratação de empresa na “prestação do serviço de Operador de Mídia Audiovisual, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos,” não se conformando com a decisão proferida pelo Pregoeiro, vem tempestivamente, interpor o presente

**RECURSO ADMINISTRATIVO,**

em face da decisão equivocada do MTE em classificar, habilitar e declarar como vencedora do certame a empresa PERSONALITE LTDA, o que o faz pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

**I - DA TEMPESTIVIDADE**

O presente recurso administrativo é tempestivo, assim, conforme o encerramento da Sessão Pública, verifica-se que prazo final para apresentação do recurso é dia 15/03/2024. Portanto, recurso tempestivo.

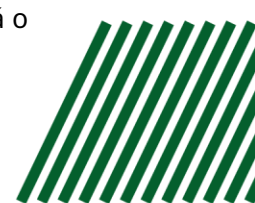
**II - RAZÕES DE RECURSO**

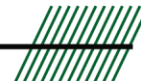
Preliminarmente é imperioso destacar que a licitação é um procedimento administrativo, composto de atos ordenados e legalmente previstos, mediante os quais a Administração Pública busca selecionar a proposta mais vantajosa. Todavia, CADA UM DOS SEUS ATOS DEVEM SER CONDUZIDOS EM ESTRITA CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E OS PARÂMETROS LEGAIS.

A Recorrente está irresignada com a decisão prolatada em 12/03/2024 pelo senhor Pregoeiro e Equipe de Apoio, na qual, resolveram habilitar e declarar vencedora a empresa PERSONALITE mesmo não apresentando PROPOSTA DE PREÇOS VERDADEIRAMENTE VANTAJOSA, o que ofende o PRINCÍPIO DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

De pronto, não há como se falar em “proposta mais vantajosa” que não esteja em consonância com as normas do edital e os princípios que regem a licitação.

Assim, veremos pontualmente que a PERSONALITE não apresentou a proposta mais vantajosa, lançou de forma velada uma proposta com omissões de informações, por efeito prejudicou o princípio da isonomia do certame, bem como se adjudicada, prejudicará o erário público.





A referida decisão, ínsito julgador, data máxima vênia, não merece prosperar. Em que se pese o habitual e inquestionável saber técnico-jurídico do Pregoeiro e Equipe de Apoio, do empenho em proferir um julgamento justo, legal e adequado aos objetivos perseguidos pelo MTE, na verdade, involuntariamente, laboraram em equívoco, na análise da PROPOSTA apresentada pela licitante, que eivam a decisão habilitatória, ora recorrida, de ilegalidade.

## **POR MEDIDA DE DIREITO E DE JUSTIÇA, FUNDAMENTAMOS:**

### **DO EDITAL**

#### ITEM 5. - Do preenchimento da proposta

*5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.*

*5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.*

#### ITEM 7. – Da Fase de Julgamento

*7.6. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:*

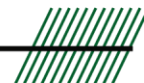
*7.6.1. Convenção Coletiva de Trabalho 2023 do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMP DE RAD E TELEV NO DF, CNPJ: 00.628.123/0001-71.*

*14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.*

Como se depreende o Edital, é claro as observações ao Princípio da Isonomia e interesse público. O princípio da isonomia consiste na igualdade das partes perante a lei, mas o direito é rompido quando no processo há empresas que excluem direitos e benefícios dos trabalhadores e que realizam manobras tributárias, condição que reduz seus custos operacionais em relação às demais empresas.

NESTE SENTIDO, A ECOVOLT NO INTUITO DE ATENDER AO OBJETO LICITADO JUNTOU TODOS OS DADOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS, DIVERSOS DOCUMENTOS QUE COMPROVAM A EXECUÇÃO CONCOMITANTE E SATISFATÓRIA DO OBJETO, ONDE COMPROVA AINDA O ATENDIMENTO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA E TRANSPARÊNCIA.





## DA HABILITAÇÃO INDEVIDA DA EMPRESA PERSONALITE

Assim, em razão da decisão EQUIVOCADA, a inobservância do princípio da isonomia pode ser configurada como desídia da Administração Pública quando deixa de exigir a fundamentação da proposta de preços nos exatos termos estipulados no edital.

Novamente, tal desídia, se perpetrada, culminará em prejuízo ao interesse público.

Pois Vejamos,

**Em sua proposta a empresa Personalite omitiu ou deixou de constar:**

1. Submódulo 2.3 Letra “C” o benefício do Plano de Saúde, conforme Edital e Convenção Coletiva de Trabalho.
2. Submódulo 2.3 Letra “E” o benefício do Auxílio Odontológico, conforme Edital e Convenção Coletiva de Trabalho.
3. Módulo 6 Tributação, apresentou CPRB com o percentual 1,50% não condiz com a realidade, sendo o **correto o percentual de 3,50% para a CPRB**, conforme declarado pela empresa Personalite na licitação do mesmo objeto (idêntico) do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO -TRT10 em 14/03/2024.**
4. Declaração de Contratos Firmados em desacordo com a DRE Balanço Patrimonial ano 2022 também não condiz com a realidade da empresa, conforme verificado e confirmado na licitação do mesmo objeto (idêntico) do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO -TRT10 em 14/03/2024.**

**TRANSCRIÇÃO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO – TRT ( DATA: 12/03 ao dia 15/03/2024 )**

### Mensagens



Visualize aqui as mensagens da Sessão Pública

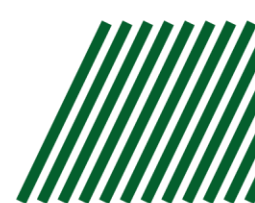
#### Pregão Eletrônico N° 90005/2024

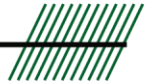
Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 04.477.223/0001-03 - 1) A declaração emitida por essa empresa para fundamentar o percentual de 1,5% sobre a Receita Bruta não condiz com a realidade, vez que, conforme a declaração de contratos firmados apura-se que a maior fonte de receitas da empresa não é com serviços de rádio e sim com prestação de serviços de terceirização (secretário executivo, auxiliar de arquivo, alomoxarife...),

Enviada em 12/03/2024 às 16:19:44h





Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 04.477.223/0001-03 - ..., logo não faz sentido a apresentação da planilha de custos com percentual de 1,5% sobre a Receita Bruta; De outra parte, há declaração, por parte dessa empresa, afirmando que utilizará a alíquota de 3,5% sobre a Receita Bruta, assim a planilha deve ser readequada para esse patamar;

Enviada em 12/03/2024 às 16:20:02h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 04.477.223/0001-03 - 3) O valor definido na cláusula 19ª da CCT é semestral, portanto há erro no módulo 5ª da planilha;

Enviada em 12/03/2024 às 16:20:19h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 04.477.223/0001-03 - 2) Não foi incluído o benefício previsto na cláusula 15ª da CCT;

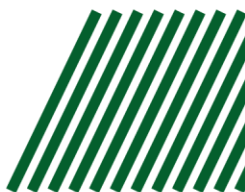
Enviada em 12/03/2024 às 16:20:10h

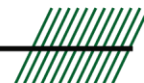
Mensagem do Participante

Item 1

De 04.477.223/0001-03 - Quanto ao o benefício previsto na cláusula 15ª da CCT, recomenda os pareceres da AGU (Parecer nº 15/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU; Parecer nº 12/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU; e, Parecer nº 04/2017/CPLC/PGF/AGU, os benefícios referentes a plano de saúde e odontológico não devem ser previstos na planilha de custos. Portanto O campo 2.3-D deve ser ZERADO.

Enviada em 12/03/2024 às 17:40:40h





Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 04.477.223/0001-03 - O poder Judiciário não se submete a Pareceres da AGU que não sejam assinados pelo Presidente da República, esse benefício está previsto em nossa planilha de custos e é considerado neste Egrégio Trabalhista como benefício de natureza trabalhista, consoante o art. 6 da IN 005. Assim, deve ser cotado.

Enviada em 12/03/2024 às 17:46:31h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 04.477.223/0001-03 - Boa tarde, solicito esclarecer o porquê de cotação a menor do benefício constante na cláusula 15a da CCT.

Enviada em 13/03/2024 às 15:19:15h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 04.477.223/0001-03 - Boa tarde, da análise da documentação habilitatória enviada observamos que a declaração solicitada para atender ao item 17.1.7 do edital, sob o título "Declaração de Percentual Divergente", não condiz com a realidade, pois faz referência a contratos já vencidos nos anos de 2021 e 2022 que nada tem a ver com a contratação em tela para o exercício de 2024.

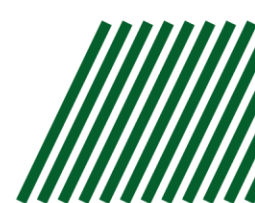
Enviada em 14/03/2024 às 17:29:39h

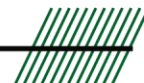
Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 04.477.223/0001-03 - O fato objetivo é que 1/12 dos contratos firmados alcança o montante de R\$ 1.110.698,70 e a receita operacional bruta relativa a serviços prestados descrita na DRE é de R\$ 4.972.506,98, logo há contratos que não foram informados na DRE.

Enviada em 14/03/2024 às 17:29:53h





Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 04.477.223/0001-03 - Aceno o prazo de 01(uma) hora para os devidos esclarecimentos, sob pena de inabilitação, o sistema ficará aberto para envio de anexo, assim querendo.

Enviada em 14/03/2024 às 17:30:01h

Mensagem do Participante

Item 1

De 04.477.223/0001-03 - Realmente o período não estava correto. Anexamos a declaração corrigida. desculpe o engano.

Enviada em 14/03/2024 às 17:37:19h

Mensagem do Pregoeiro

Não se trata apenas do período, há que se ter uma comprovação fática da diferença entre o total de serviços previsto na DRE e a Declaração firmada. Assim, mantenho a convocação aberta para os devidos esclarecimentos.

Enviada em 14/03/2024 às 17:42:18h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Sr. Fornecedor PERSONNALITE SOLUCOES ADMINISTRATIVAS LTDA, CNPJ 04.477.223/0001-03, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 18:30:00 do dia 14/03/2024. Justificativa: Esclarecimentos relativos ao item 17.1.7 do edital.

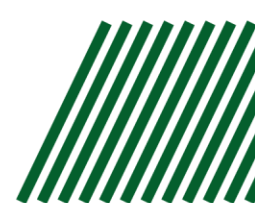
Enviada em 14/03/2024 às 17:44:24h

Mensagem do Participante

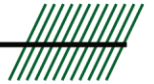
Item 1

De 04.477.223/0001-03 - ok, estamos tentando contato com nosso departamento Contábil para nos auxiliar.

Enviada em 14/03/2024 às 17:49:08h







Mensagem do Pregoeiro

Preliminarmente avaliamos que esta justificativa não se sustenta, pois o valor global dos contratos é dividido por 12, mas o sistema encontra-se aberto até às 18h30 para o envio do anexo da justificativa formal, assim querendo.

Enviada em 14/03/2024 às 18:28:07h

Mensagem do Participante

Item 1

De 04.477.223/0001-03 - A execução se completaria em sua integralidade nos períodos seguintes A DRE2022 apresentada, ou seja nos anos de 2023, 2024, 2025,

Enviada em 14/03/2024 às 18:30:19h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 04.477.223/0001-03 - Com todo respeito, não é o pregoeiro que deve avaliar os contratos com os respectivos aditivos para comprovar o descompasso entre a DRE e a Declaração. A justificativa formal deveria ser perfeitamente esclarecedora para dirimir qualquer questão nesse sentido.

Enviada em 14/03/2024 às 18:48:02h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 04.477.223/0001-03 - O que pode sugerir eventual omissão de contratos. Nesse sentido, comprovamos em consulta Portal da Transparência do Governo Federal, que não foi incluído na Declaração dos Contratos Firmados o contrato assinado em 12/01/2024 firmado com o MAPA

Enviada em 14/03/2024 às 18:49:13h

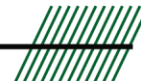
Mensagem do Participante

Item 1

De 04.477.223/0001-03 - Entendo, o contrato do MAPA seria o contrato recém iniciado, não incluído não por omissão mas sim por erro formal, que pode ser corrigido e devidamente com um tempo hábil

Enviada em 14/03/2024 às 18:53:52h





Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 04.477.223/0001-03 - A declaração já deveria ter sido enviada a contento e a omissão do contrato invalida a declaração. Assim, empresa será inabilitada pelo envio da declaração exigida no item 17.1.5, omitindo o contrato com o MAPA, bem como pela ausência de justificativa requerida no item 17.1.7, apta a esclarecer a diferença da ordem de R\$ 3.861.508,27, entre a Receita Bruta Operacional de Serviços Prestados (R\$ 4972206,98) e 1/12 dos contratos (R\$ 1.110.698,70).

Enviada em 14/03/2024 às 18:54:41h

Mensagem do Participante

Item 1

De 04.477.223/0001-03 - Ante todo o exposto, com base nos dispositivos constantes no edital, reitera a licitante o pedido de dilação de prazo para juntada dos documentos pertinentes.

Enviada em 15/03/2024 às 09:12:21h

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Para 04.477.223/0001-03 - Respeito o vosso direito a discordar, mas os fatos objetivos que ensejaram a inabilitação já foram exaustivamente fundamentados, por este Pregoeiro, na presente ata. Assim, daremos continuidade a sessão.

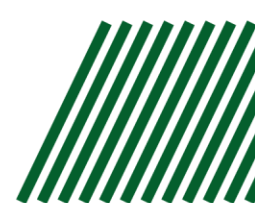
Enviada em 15/03/2024 às 09:27:22h

Mensagem do Pregoeiro

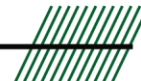
Item 1

O item 1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 15/03/2024 09:38:25.

Enviada em 15/03/2024 às 09:28:25h







**VEJAM QUE A EMPRESA PERSONALITE FOI EXASTIVAMENTE DILIGENCIADA E MESMO ASSIM AO FINAL FOI INABILITADA:**

04.477.223/0001-03 <i>Inabilitada</i>	PERSONNALITE SOLUCOES AD..	Valor ofertado (unitario) Valor negociado (unitario)	R\$ 4.700.000,00000 R\$ 4.699.750,8000	^
▼ Chat				
▼ Proposta				
^ Anexos				
Documentacao.zip		08/03/2024 15:59:50		↓
6 Atestados com Contratos e Aditivos.rar		08/03/2024 17:19:00		↓
Documentacao.rar		08/03/2024 17:19:17		↓
Diligencia1.rar		12/03/2024 17:40:05		↓
Diligencia2.rar		12/03/2024 17:58:09		↓
Diligencia3.rar		14/03/2024 16:02:34		↓
Declaracao.pdf		14/03/2024 17:35:02		↓
Contratos.rar		14/03/2024 18:16:54		↓

**DO PEDIDO**

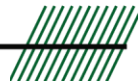
*Ex positis*, diante das razões verdadeiramente apresentadas, é que requer seja o presente Recurso Administrativo conhecido e provido para REFORMAR a decisão de habilitação da da empresa Personalite, por efeito a sua desclassificação do certame, convocando-a portanto as empresas remanescentes.

Caso não seja reconsiderada a decisão, que seja remetido este recurso administrativo para superior hierárquico para análise e decisão formal, conforme atos da nova lei de licitações nº 14.133/2021.

Nesse sentido, pede e espera deferimento.

Brasília, 15 de março de 2024.





**ERICK LUTTIERY**  
**ECOVOLT ENGENHARIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME**  
CNPJ de nº 26.762.139/0001-66

**VLADIMIR FRANÇA NOGUEIRA**  
**ENG. RESPONSÁVEL TÉCNICO**  
**CREA/DF 23.921/D**

**ERICK LUTTIERY S. NASCIMENTO**  
**DIRETOR GERAL ADM**  
**DRT 7289/2010/DF**

**RAZÃO SOCIAL:** ECOVOLT ENGENHARIA, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA  
**CNPJ:** 26.762.139/0001-66 **INSC. ESTADUAL:** 07.793.623/001-93  
**ENDEREÇO:** ST SHIN CA 01 BLOCO A UNID. 233 PAVMTO2 - LAGO NORTE - BRASÍLIA/DF - **CEP:** 71.503-501  
**EMAIL** – [licita@grupoecovolt.com.br](mailto:licita@grupoecovolt.com.br)

